



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
BANCO CENTRAL DO BRASIL - 2002

Procurador

a.3

Gabarito 3

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - Verifique se o **NÚMERO** do **GABARITO**, colocado na quadrícula acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses NÚMEROS deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência, exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo número do gabarito seja igual ao constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 3 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 4 - **DURAÇÃO DA PROVA: 5h**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 100**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 7 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 8 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 9 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 10 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.8 do edital.
- 12 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 13 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Direito Constitucional	01 a 15	1,5
Direito Administrativo	16 a 30	
Direito Civil	31 a 45	
Direito Processual Civil	46 a 60	
Direito Comercial	61 a 75	
Direito Internacional Público e Privado	76 a 80	
Direito Penal	81 a 90	
Direito Processual Penal	91 a 100	

Boa Prova

DIREITO CONSTITUCIONAL

01- Suponha que esteja em vias de ser objeto de deliberação na Câmara dos Deputados uma proposta de emenda à Constituição, apresentada pelo Presidente da República, que aparenta ferir uma cláusula pétrea. À vista disso, assinale a opção correta.

- a) Essa proposta pode ser declarada inconstitucional numa ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- b) Essa proposta pode ser objeto de ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, ajuizada pelo próprio Presidente da República.
- c) Essa proposta pode ser declarada inconstitucional num mandado de segurança impetrado, perante o Supremo Tribunal Federal, por Deputado Federal.
- d) Essa proposta pode ser declarada inconstitucional num mandado de segurança preventivo ajuizado perante qualquer instância do Judiciário, por qualquer pessoa que teme os efeitos da emenda sobre seus direitos.
- e) A proposta, enquanto não for aprovada e não se transformar em ato normativo existente e eficaz, não pode ser objeto de controle pelo Judiciário.

02- Uma Constituição Estadual estabeleceu que

- (1) a Assembléia Legislativa julgará as próprias contas e as dos Poderes Executivo e Judiciário.
- (2) os servidores de empresas públicas estaduais, que tenham obtido seus empregos por meio de concurso público, e que nele estejam investidos, sem incorrerem em falta disciplinar, há pelo menos 3 anos, são considerados estáveis para todos os efeitos legais.
- (3) o Governador, durante o seu mandato, somente poderá ser processado por crimes a ele atribuídos mediante licença da Assembléia Legislativa.
- (4) o Tribunal de Justiça tem competência para processar e julgar ação declaratória de constitucionalidade.
- (5) o Tribunal de Contas do Estado pode anular contratos administrativos celebrados pela Administração Pública estadual, desde que a decisão seja precedida de oportunidade de ampla defesa aos eventuais afetados pela medida.

Quanto à conformidade com a Constituição Federal dessas normas, é correto dizer:

- a) Todas as normas referidas são inconstitucionais.
- b) Todas as normas referidas são constitucionais.
- c) Três das normas referidas são constitucionais.
- d) Duas das normas referidas são constitucionais.
- e) Apenas uma das normas referidas é constitucional.

03- Suponha que um projeto de lei, encaminhado ao Legislativo pelo Chefe do Poder Executivo, conceda vantagem financeira a uma dada categoria de servidores públicos, deixando, porém, de concedê-la a outra categoria, em desacordo com as exigências do princípio da isonomia. Assinale, à vista disso, a opção correta.

- a) No âmbito do Poder Legislativo, o projeto poderá ser ajustado ao princípio da isonomia, por meio de emenda parlamentar que estenda a vantagem ao segmento do funcionalismo discriminado.
- b) Se o projeto se transformar em lei, o Supremo Tribunal Federal, por meio de ação direta de inconstitucionalidade por omissão, poderá estender a vantagem ao segmento do funcionalismo discriminado.
- c) Se o projeto se transformar em lei, o Supremo Tribunal Federal, por meio de arguição de descumprimento de preceito fundamental, poderá estender a vantagem ao segmento do funcionalismo discriminado.
- d) Se o projeto se transformar em lei, qualquer juiz poderá, proclamando, num caso concreto, a inconstitucionalidade da discriminação, estender a vantagem ao segmento do funcionalismo discriminado.
- e) No âmbito do Judiciário, o tratamento diferenciado poderá ser tido como inconstitucional, mas a vantagem não poderá ser estendida ao segmento do funcionalismo discriminado.

04- Assinale a hipótese em que uma decisão do Supremo Tribunal Federal vinculará o Banco Central, mesmo que ele não seja parte no processo:

- a) Caso em que o Supremo Tribunal Federal declara a inconstitucionalidade de uma lei federal num mandado de segurança impetrado contra ato do Presidente da República.
- b) Caso em que o Supremo Tribunal Federal declara parcialmente inconstitucional uma lei federal sem redução do texto, numa ação declaratória de constitucionalidade.
- c) Caso em que o Supremo Tribunal Federal realiza uma interpretação conforme a Constituição de uma lei federal, num recurso extraordinário.
- d) Caso em que o Supremo Tribunal Federal declara a inconstitucionalidade de um dispositivo normativo no bojo de uma reclamação.
- e) Em qualquer caso em que o Supremo Tribunal Federal, em processos da sua competência originária, afirma a constitucionalidade de uma lei federal.

05- Assinale a opção correta.

- a) A Constituição em vigor assegura o princípio da igualdade perante a lei e o da igualdade na lei, mas não adotou o princípio da igualdade real ou material.
- b) A adoção entre nós do princípio da igualdade na lei torna inconstitucional todo diploma normativo que institua caso de discriminação reversa.
- c) Por força da reserva legal qualificada na norma constitucional que assegura a liberdade de comunicações telefônicas, não pode o legislador autorizar a interceptação telefônica para investigações de caráter administrativo-disciplinar.
- d) O princípio da igualdade é dirigido apenas ao aplicador da lei, não vinculando o legislador.
- e) Fere o princípio da reserva legal que uma medida provisória aumente impostos.

06- A respeito dos direitos fundamentais, é correto afirmar:

- a) os direitos sociais, por estarem submetidos à cláusula do financeiramente possível, não dispõem de eficácia jurídica, dependendo de desenvolvimento pelo legislador ordinário para produzir efeito.
- b) no conflito de um direito fundamental com outro direito previsto na Constituição, aquele deve sempre prevalecer, por dispor de mais elevado *status*.
- c) não há norma constitucional definidora de direito fundamental individual que não tenha eficácia plena e aplicabilidade imediata.
- d) o princípio constitucional da autonomia da vontade impede que os direitos fundamentais tenham incidência nas relações entre particulares.
- e) pessoas jurídicas de direito público podem ser titulares de direitos fundamentais.

07- Suponha que uma lei exija, para que um particular recorra de uma multa aplicada após um processo administrativo, o depósito de 30% do valor da multa, como condição de admissibilidade de recurso administrativo contra a penalidade. Assinale a opção correta.

- a) Essa lei é constitucional, porque não existe a garantia do duplo grau de jurisdição entre nós.
- b) Essa lei é inconstitucional, por ferir o princípio do duplo grau de jurisdição, que se aplica tanto ao processo judiciário como ao processo administrativo.
- c) Essa lei é inconstitucional, porque fere o princípio da presunção de inocência, que somente admite a punição pelo Estado depois de escoados todos os meios de apuração dos fatos e depois de exauridas todas as oportunidades de o particular ver ponderadas as suas razões pela Administração.
- d) Essa lei deve ser considerada como válida, desde que, por meio de interpretação conforme a Constituição, seja entendido que o depósito tem a sua exigibilidade restrita aos casos em que, por ato fundamentado, a autoridade administrativa revelar que o recurso tem caráter meramente protelatório.
- e) Essa lei é inconstitucional, porque cria obstáculo à garantia constitucional do uso de todos os recursos inerentes ao direito de ampla defesa.

08- Suponha que tenha sido celebrado um compromisso de compra e venda em que se estipulou que a rescisão importaria a perda de todas as quantias já pagas. Parta do suposto de que não havia irregularidade alguma nessa estipulação, ao tempo em que celebrada. Suponha, ainda, que depois de celebrado o negócio jurídico, tenha sido editada lei de proteção ao consumidor proibindo esse tipo de cláusula. Em seguida a esta última lei, o contrato é rescindido. Nessas circunstâncias, é correto afirmar:

- a) como a lei de proteção do consumidor é de ordem pública, depois que ela entrou em vigor, não pode haver a perda das quantias já pagas.
- b) como a lei de proteção ao consumidor foi editada antes da rescisão do contrato, não há aplicação retroativa proibida dessa lei em se afirmar nula a perda das quantias já pagas.
- c) a perda das parcelas já pagas não poderá acontecer, porque não ofende o princípio da proteção de o ato jurídico perfeito reconhecer eficácia retroativa mínima às leis.
- d) não é nula e continua operante a cláusula da perda de todas as quantias já pagas, porque a lei de proteção do consumidor não pode modificar os efeitos de ato jurídico perfeito anterior a ela própria.
- e) não é nula a cláusula de perda de todas as quantias já pagas, porque o princípio constitucional da autonomia da vontade das partes não pode ser restringido por leis impeditivas de acordos que não ferem frontalmente a Constituição.

09- Suponha que um membro do Ministério Público Federal, com atuação na primeira instância da Capital Federal, pratique ato que ponha em risco a liberdade de locomoção do Presidente do Banco Central e do Ministro da Fazenda. Você é consultado sobre medida judicial a ser adotada contra o ato. Das opções abaixo, qual lhe parece ser a mais consentânea com a Constituição.

- a) Impetrar *habeas corpus* perante a Justiça Federal de primeira instância.
- b) Impetrar *habeas corpus* perante o Tribunal Regional Federal em Brasília.
- c) Impetrar *habeas corpus* perante o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
- d) Impetrar *habeas corpus* perante o Superior Tribunal de Justiça.
- e) Impetrar *habeas corpus* perante o Supremo Tribunal Federal.

10- Assinale a opção correta.

- a) De acordo com entendimento do Supremo Tribunal Federal, o Presidente da República e os Ministros de Estado respondem a ações populares perante o mesmo Supremo Tribunal Federal.
- b) A ação popular é instrumento de defesa de interesses difusos e coletivos, que pode ser ajuizado por todo brasileiro e apenas por brasileiro.
- c) Atos de caráter administrativo do Poder Judiciário são passíveis de impugnação por meio de ação popular, não assim, porém, os atos de cunho jurisdicional.
- d) O mandado de segurança coletivo protege tanto os direitos coletivos e difusos, quanto os direitos subjetivos.
- e) De uma decisão indeferitória de mandado de segurança impetrado originariamente perante Tribunal Regional Federal, cabe recurso especial para o STJ, se houver ofensa a lei federal, ou ao STF, se houver ofensa à Constituição.

11- Um candidato a Deputado Federal, em discurso durante a campanha eleitoral, fez as seguintes promessas, para o caso de ser eleito:

- I. que iria apresentar projeto de lei para assegurar o direito de creche a todos os servidores públicos federais.
- II. que iria criar, no Congresso Nacional, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com vistas a investigar casos de corrupção por parte de fiscais de tributos municipais na sua cidade natal.
- III. que iria propor projeto de lei para que toda despesa com educação pudesse ser abatida do imposto de renda das pessoas físicas.
- IV. que, enquanto estivesse no desempenho do mandato, se viesse a ser processado criminalmente, ele o seria por Juiz de primeira instância, porque abriria mão do foro de prerrogativa de função.
- V. que no desempenho da função da Câmara dos Deputados de autorizar operações externas, de natureza financeira, de interesse da União e dos Estados, o seu voto será afinado com as necessidades de austeridade fiscal.

Quantas dessas promessas apresentam aspectos incompatíveis com a Constituição Federal?

- a) uma
- b) duas
- c) três
- d) quatro
- e) cinco

12- Assinale a opção correta.

- a) Tanto lei ordinária estadual como a Constituição Estadual podem criar Municípios.
- b) A União pode autorizar, mediante convênio com Estados e Municípios, que estes legislem sobre questões específicas das matérias compreendidas no âmbito da competência legislativa privativa da União.
- c) Dois Estados-membros podem fundir-se, por força de leis de ambas as unidades federadas que prevejam a fusão.
- d) Lei federal não pode interferir no processo de criação, fusão ou desmembramento de Município.
- e) A lei estadual que cria um Município está sujeita a veto do Governador.

13- Assinale a opção correta.

- a) Pacificou-se na doutrina e na jurisprudência que todo prejuízo sofrido por particular, decorrente de má-administração por outro particular de atividade submetida à fiscalização do poder público, causa a responsabilidade objetiva do Estado.
- b) A responsabilidade objetiva do Estado por danos sofridos por particular fica afastada pela prova de que o evento danoso decorreu de caso fortuito ou força maior.
- c) Por ser objetiva a responsabilidade do Estado, é irrelevante, para a sua verificação, a apuração da culpa do particular no caso concreto.
- d) O regime da responsabilidade civil do Estado não se estende aos casos de atos praticados por concessionários ou permissionários de serviços públicos.
- e) A Constituição de 1988 tornou objetiva a responsabilidade do Estado por toda inação dos poderes públicos que causa dano ao particular.

14- Suponha que uma medida provisória, cuidando de matéria de Direito Processual Civil, haja sido editada 15 dias antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 32/2001, que reformulou o regime constitucional desses instrumentos normativos. Quanto a tal medida provisória, que não foi até hoje apreciada pelo Congresso Nacional nem foi objeto de revogação por outra norma de semelhante *status* normativo-hierárquico, é correto afirmar:

- a) deve ser considerada como estando em vigor, mesmo não tendo sido reeditada depois do advento da Emenda Constitucional nº 32/2001.
- b) deve ser considerada como estando em vigor, desde que tenha sido reeditada antes de vencido o prazo de 30 dias que faltava para perder a eficácia no sistema constitucional anterior.
- c) como não foi convertida em lei antes da Emenda Constitucional nº 32/2001, e uma vez que trata de assunto que essa emenda vedou à regulação por meio de medida provisória, deve ser tida como revogada.
- d) não tendo sido convertida em lei antes da Emenda Constitucional nº 32/2001, e versando assunto que, depois dessa Emenda, ficou proibido de ser regulado por meio de medida provisória, deve ser considerada inconstitucional.
- e) as normas da medida provisória continuam em vigor, uma vez que todas as medidas provisórias em vigor no momento da Emenda Constitucional nº 32/2001 tomaram-se definitivas, estando sujeitas ao mesmo regime constitucional das leis ordinárias.

15- Num determinado Estado da Federação, surgiu uma dúvida sobre se as disponibilidades de caixa do mesmo Estado e das empresas por ele controladas podem, em certos casos, ser depositadas em instituição financeira não-oficial. Assinale a opção que melhor responde a essa indagação.

- a) Todas essas quantias devem ser depositadas, necessariamente, no Banco Central do Brasil.
- b) O depósito dessas quantias deve ser feito em instituição financeira oficial, podendo, entretanto, lei ordinária estadual excepcionar certos casos dessa obrigação.
- c) O depósito dessas quantias deve ser feito em instituição financeira oficial, podendo, entretanto, lei complementar estadual excepcionar certos casos dessa obrigação.

- d) O depósito dessas quantias deve ser feito em instituição financeira oficial, podendo, entretanto, lei ordinária federal excepcionar certos casos dessa obrigação.
- e) O depósito dessas quantias deve ser feito em instituição financeira oficial, podendo, entretanto, o Banco Central do Brasil excepcionar certos casos dessa obrigação.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16- Tratando-se da relação jurídico-administrativa, assinale a opção falsa.

- a) Nesta relação, uma das partes está em posição de supremacia em relação à outra.
- b) A presunção de legitimidade dos atos administrativos decorre da natureza desta relação.
- c) Para se configurar esta relação, basta que uma das partes seja pessoa jurídica integrante da Administração Pública Direta ou Indireta.
- d) O fundamento da ação administrativa nesta relação é, necessariamente, a realização do interesse público.
- e) Um ato de gestão de pessoal de uma fundação pública de direito público, quanto a seu servidor, insere-se nesta relação.

17- É possível a delegação de competência de um órgão administrativo a outro, ainda que este não lhe seja subordinado, desde que não haja impedimento legal. Esta hipótese, legalmente prevista em nosso ordenamento jurídico, pode ocorrer quando a delegação for conveniente em razão de certas circunstâncias estabelecidas na norma.

Assinale, no rol abaixo, entre as naturezas das circunstâncias que podem amparar tal procedimento, aquela não prevista na norma legal para esta delegação de competência:

- a) de ordem técnica
- b) de ordem política
- c) de ordem territorial
- d) de ordem social
- e) de ordem jurídica

18- Na sistemática atualmente adotada na organização da Administração Pública Federal Brasileira, agências reguladoras e agências executivas podem se distinguir quanto à:

- a) natureza do regime jurídico ao qual se vinculam.
- b) tipicidade pública das atividades exercidas.
- c) natureza do regime jurídico de seu pessoal.
- d) possibilidade de celebração de contrato de gestão com o órgão supervisor.
- e) espécie organizacional adotada.

19- Tratando-se de ato administrativo, correlacione as duas colunas:

- 1- Ato administrativo imperfeito
- 2- Ato administrativo pendente
- 3- Ato administrativo consumado
- 4- Ato administrativo válido

- () O ato que está sujeito a termo ou condição para produzir os seus efeitos.
- () O ato que não pode produzir efeitos porque não concluiu seu ciclo de formação.
- () O ato que está de conformidade com a lei.
- () O ato que já exauriu os seus efeitos.

- a) 2/1/4/3
- b) 1/2/4/3
- c) 2/1/3/4
- d) 1/2/3/4
- e) 1/3/2/4

20- O contrato administrativo pode ser alterado unilateralmente na seguinte hipótese:

- a) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários.
- b) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em virtude de superveniência de fatos imprevisíveis.
- c) quando conveniente a substituição da garantia de execução.

- d) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela legislação.
- e) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado.

21- Não se configura como hipótese de dispensa de licitação:

- a) a contratação realizada por empresa pública com suas subsidiárias e controladas, para a aquisição ou alienação de bens, prestação ou obtenção de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- b) a contratação do fornecimento ou suprimento de energia elétrica com concessionário, permissionário ou autorizado, segundo normas da legislação específica.
- c) a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
- d) a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- e) a contratação de instituição internacional incumbida estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

22- Conforme a doutrina, o poder de polícia administrativa não incide sobre:

- a) direitos
- b) pessoas
- c) bens
- d) atividades
- e) liberdades

23- Quanto aos serviços públicos, assinale a opção falsa.

- a) Nas licitações para concessão de serviços públicos, os autores dos projetos básico ou executivo podem participar da licitação ou da execução da obra ou serviço.
- b) A União Federal pode, exceto para os serviços de telecomunicações, cobrar pelo direito de exploração de serviços públicos, conforme as condições do edital.
- c) A empresa estatal que participe, na qualidade de licitante, de concorrência para concessão de serviço público, poderá, para compor a sua proposta, colher preços de bens ou serviços fornecidos por terceiros e assinar pré-contratos, desde que licitados.
- d) O contrato de permissão de serviço público tem natureza de contrato de adesão, caracterizando-se por sua precariedade e revogabilidade unilateral pelo Poder concedente.
- e) É assegurado a qualquer pessoa a obtenção de certidão sobre atos, contratos, decisões ou pareceres relativos à licitação ou às próprias concessões.

24- A critério do Poder Executivo, podem ser cedidos, gratuitamente, bens imóveis da União a determinados destinatários, estabelecidos em lei.

Assinale, no rol abaixo, a categoria que não pode ser destinatária destes bens, na condição acima descrita:

- a) entidades sindicais, tratando-se de interesse da respectiva categoria.
- b) pessoas físicas, tratando-se de interesse social.
- c) pessoas jurídicas, com fins lucrativos, tratando-se de aproveitamento econômico do bem de interesse nacional.
- d) entidades sem fins lucrativos, de caráter educacional ou cultural.
- e) Estados federados.

25- O artigo 35 do Decreto-Lei nº 3.365/41, que trata da desapropriação, tem a seguinte redação:

“Art. 35 – Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.”

Este dispositivo relaciona-se diretamente com o seguinte instituto:

- a) afetação
- b) desapropriação indireta
- c) retrocessão
- d) investidura de área remanescente
- e) tredestinação

26- Não se insere no elenco de competências do sistema de controle interno, constitucionalmente previstas:

- a) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- b) assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade.
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- d) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da aplicação de recursos públicos por entidade de direito privado.
- e) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.

27- Tratando-se de responsabilidade civil do servidor público por dano causado a terceiro, assinale a opção correta.

- a) A responsabilidade civil decorre exclusivamente de ato comissivo, doloso ou culposo.
- b) O servidor responderá perante a Fazenda Pública por dano causado a terceiro, em ação regressiva, desde que tenha havido denúncia à lide.
- c) A indenização de prejuízo dolosamente causado ao Erário será preferencialmente liquidada por meio de desconto na remuneração do servidor.
- d) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- e) A responsabilidade civil do servidor independente da ocorrência de dano ao Erário ou a terceiro.

28- José, magistrado aposentado, graduou-se em jornalismo e pretende retornar ao serviço público. Assinale no rol abaixo o cargo que ele pode exercer, acumulando os seus proventos de magistrado e a remuneração do novo cargo.

- a) Procurador da República
- b) Juiz de Direito estadual
- c) jornalista efetivo do Diário Oficial
- d) Secretário Municipal de Comunicação
- e) cargo efetivo de Assessor de Imprensa estadual

29- No âmbito da legislação de procedimento administrativo federal, assinale a opção falsa.

- a) A desistência ou renúncia do interessado quanto ao pedido formulado acarreta a extinção do processo.
- b) O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida a sua finalidade.
- c) O interessado poderá, por escrito, desistir totalmente do pedido formulado ou renunciar a direitos disponíveis.
- d) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
- e) Os atos que apresentarem defeitos sanáveis podem ser convalidados pela Administração, desde que esta decisão não acarrete lesão ao interesse público ou a terceiros.

30- Assinale a opção falsa quanto à prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal.

- a) Quando o fato objeto da ação punitiva da Administração também constituir crime, a prescrição rege-se pelo prazo previsto na lei penal.
- b) Interrompe-se a prescrição por qualquer motivo inequívoco, que importe apuração do fato.
- c) No caso de infração permanente ou continuada, a prescrição começa a contar da data em que tiver cessado a prática do ato.
- d) A prescrição incide no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho.
- e) A citação do indiciado ou acusado só interrompe a prescrição quando realizada pessoalmente ou por meio de correspondência.

DIREITO CIVIL

31- No mercado de Barretos (Estado de São Paulo), os negócios de gado, por mais avultados que sejam, celebram-se dentro da maior confiança, verbalmente, dando origem a:

- a) costume *contra legem*
- b) costume *praeter legem*
- c) princípio geral de direito
- d) desuso
- e) costume *secundum legem*

32- Assinale a opção falsa.

- a) A responsabilidade, fundada no risco, consiste na obrigação de indenizar o dano produzido por atividade exercida no interesse do agente e sob seu controle, sem que haja qualquer indagação sobre o comportamento do lesante.
- b) A perda de coisa com valor afetivo é dano moral indireto.
- c) Na responsabilidade subjetiva o ilícito é o seu fato gerador.
- d) O proprietário de um automóvel, que vier a emprestá-lo a um sobrinho, sem carta de habilitação, ocasionando um acidente, terá culpa aquiliana.
- e) A destruição de vidro de uma vitrina por um desordeiro é dano indireto e o estrago causado pelas chuvas nos artigos expostos, em razão da falta de vidro, é dano direto.

33- Uma galeria de quadros constitui:

- a) universalidade de direito
- b) universalidade de fato
- c) coisa singular simples
- d) coisa singular composta
- e) coisa singular

34- Venda realizada a terceiro para que transmita a coisa a descendente do alienante, a quem se tem a intenção de transferi-la desde o início, é suscetível de ser anulada em razão de:

- a) simulação absoluta.
- b) dolo de terceiro.
- c) dolo de ambas as partes.
- d) simulação relativa subjetiva.
- e) simulação relativa objetiva.

- 35- A verificação feita pessoalmente pelo magistrado, quer examinando uma pessoa, quer verificando o objeto, com o escopo de colher dados para a prova, é a (o):
- vistoria
 - presunção simples
 - inspeção judicial
 - arbitramento
 - exame
- 36- A posse do locatário de coisa é:
- direta temporária
 - não derivada
 - indireta
 - natural
 - ad usucapionem*
- 37- O anticresista tem direito de:
- pedir contas ao devedor anticrético para verificar se não houve exorbitância no exercício de seus direitos.
 - exigir a conservação do prédio.
 - reaver o imóvel assim que o débito se liquidar.
 - vindicar seus direitos contra o adquirente do imóvel e credores quirografários e hipotecários posteriores à inscrição da anticrese.
 - ceder ao credor o direito de perceber os frutos e rendimentos.
- 38- **A** deve a **B** R\$ 50.000,00. **C**, amigo de **A**, pede ao credor que libere **A**, ficando **C** como devedor. Configurou-se, no caso:
- delegação novatória.
 - novação subjetiva passiva por delegação.
 - novação subjetiva ativa.
 - delegação sem efeito novatório.
 - novação subjetiva passiva por promessa.
- 39- Preempção é:
- cláusula inserida no contrato pelo qual os contratantes anuem que a venda se desfaça, caso o comprador deixe de cumprir suas obrigações no prazo estipulado.
 - cláusula em que o vendedor reserva para si a propriedade da coisa até o momento em que se dê o pagamento integral do preço.
 - cláusula pela qual o vendedor se reserva o direito de reaver, em certo prazo, o imóvel alienado, restituindo ao comprador o preço, mais as despesas por ele realizadas, inclusive as empregadas em melhoramentos do imóvel.
 - pacto adjeto à compra e venda em que o comprador de coisa móvel ou imóvel fica com a obrigação de oferecê-la a quem lha vendeu, para que este use do seu direito de prelação em igualdade de condições, no caso de pretender vendê-la ou dá-la em pagamento.
 - cláusula que subordina a contrato à condição de ficar desfeito se o comprador não se agrada da coisa.
- 40- A doação de um bem feita por **A** a **B**, com o dever de este continuar a viver em companhia de uma pessoa doente, é considerada:
- remuneratória
 - onerosa
 - conjuntiva
 - condicional
 - sob a forma de subvenção periódica
- 41- A empreitada a preço fixo:
- contém cláusula permissiva de variação de preço em consequência de aumento ou diminuição valorativa da mão-de-obra e dos materiais.
 - é a que, na fixação do preço, se atende ao fracionamento da obra, considerando-se as partes em que se divide.
 - é compatível com a empreitada por medida, na qual o pagamento é feito proporcionalmente ao valor do custo da obra.
 - estabelece um limite de valor que não pode ser ultrapassado pelo empreiteiro.
 - não é incompatível com o parcelamento das prestações, pois não deixará de ser "forfaitário" o preço, pela circunstância de se ajustar seu pagamento escalonadamente, desde que determinado em função da obra como conjunto.
- 42- O depósito, que recair sobre bem fungível ou consumível, é o:
- regular
 - miserável
 - irregular
 - legal
 - ordinário

43- Assinale a opção correta.

- a) O mandato plural conjunto ocorre se os vários mandatários puderem agir, independentemente da ordem de nomeação.
- b) O mandatário, ao aceitar o encargo, passará a ter o direito de pedir ao mandante que adiante a importância das despesas necessárias à execução do mandato.
- c) O mandante terá a obrigação de revogar *ad nutum* o mandato.
- d) O substabelecimento sem reserva de poderes, não havendo notificação do constituinte, isenta o procurador de responder pelas obrigações do mandato.
- e) No mandato plural fracionário, cada mandatário poderá agir na falta do outro pela ordem da nomeação.

44- Um pai tem seu filho seqüestrado, paga vultosa soma de resgate, vendendo jóias a preço inferior ao mercado, a quem tenha conhecimento do fato, aproveitando-se da situação, valendo-se do terror alheio. Tal venda será suscetível de anulação por:

- a) coação
- b) lesão
- c) estado de perigo
- d) dolo
- e) reserva mental

45- O exercício do poder expropriatório, previsto no novo Código Civil, pelo poder judiciário, poderá dar-se se:

- a) houver posse ininterrupta e de boa-fé por número considerável de pessoas, por mais de 5 anos, que realizou obras e serviços de interesse social e econômico em extensa área imobiliária reivindicada pelo seu proprietário.
- b) alguém possuir, contínua e incontestadamente, por 5 anos, imóvel que adquiriu onerosamente, com base em registro, posteriormente cancelado, nele estabelecendo sua morada ou fazendo investimentos sócio-econômicos.
- c) o possuidor, contínua e incontestadamente, houver estabelecido, por 10 anos, no imóvel sua morada ou nele realizado obras ou serviços, independentemente de justo título e boa-fé.
- d) houver posse contínua, sem oposição, por 5 anos de prédio urbano de até 250m², por quem nele fixar sua morada ou a de sua família.
- e) alguém possuir por 5 anos, continuamente e sem oposição, área rural não superior a 50 hectares, tornando-a produtiva.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

46- Em matéria de competência, é correto afirmar estar de acordo com a jurisprudência dominante nas Cortes Superiores a seguinte assertiva:

- a) havendo cumulação, num mesmo processo, de pedidos de um mesmo servidor, envolvendo períodos de relação trabalhista e estatutária, cabe ao juízo onde primeiro foi intentada a ação, decidi-la na parte que lhe competir, declinando da competência para o juízo próprio, quanto ao pedido remanescente.
- b) é permitida a cumulação de pedidos, ainda que não seja o juiz territorialmente competente para um deles, se o réu não oferecer a exceção cabível, no prazo legal.
- c) havendo conexão entre ações propostas perante o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Alçada do mesmo Estado, prorroga-se a competência deste, uma vez que se trata de norma especial em confronto com norma geral.
- d) é competente o foro da situação do imóvel para a ação declaratória de nulidade da procuração utilizada na celebração da compra e venda do referido bem.
- e) em ação ajuizada, em Brasília, por um banco, contra mutuário residente em Teresina (PI), predomina no eg. STJ o entendimento de que não pode o magistrado declinar, de ofício, da sua competência, por se tratar de caso de incompetência relativa, que exige provocação do interessado.

47- Quanto às regras que disciplinam a competência da Justiça Federal, prevalece, nos Tribunais Superiores, o entendimento no sentido de que:

- a) ajuizada a ação civil pública por danos, em comarca que não seja sede de Vara Federal, compete ao juiz estadual processá-la e julgá-la, ainda que a União figure no processo, salvo se se tratar de relação de consumo e o dano for de âmbito nacional ou regional, caso em que a ação deverá ser ajuizada na Capital do Estado ou no Distrito Federal.
- b) ajuizada a ação civil pública por danos, em comarca que não seja sede de Vara Federal, compete ao juiz estadual processá-la e julgá-la, ainda que a União figure no processo, salvo se se tratar de relação de consumo.
- c) tratando-se de ação individual proposta contra a União, pode o autor, residente no Interior, ajuizá-la na Capital do Estado-membro respectivo, ainda que exista Vara Federal em seu município; além disso, tem ele a faculdade de ajuizá-la na seção onde ocorreu o ato ou fato que originou a demanda, ou onde está situada a coisa, ou, ainda, no Distrito Federal.
- d) tratando-se de ação individual proposta contra a União, só pode o autor, residente no Interior, ajuizá-la na Capital do Estado-membro respectivo se inexistir Vara Federal em seu município e se não se subsumir o caso em uma das hipóteses em que se permite o ajuizamento na Justiça Estadual (art. 109, § 3º da CF).
- e) se, depois de proposta a execução fiscal na Capital, pela Fazenda Federal, o executado transferir seu domicílio para o Interior, não poderá o Juiz Federal da Capital, de ofício, declinar de sua competência, somente podendo fazê-lo mediante regular provocação do interessado; neste último caso, a declinação poderá ser para o Juízo Estadual da comarca, se o município não for sede de Vara Federal.

48- Proposta a ação de ressarcimento de danos pelo procedimento sumário:

- a) não pode o réu valer-se da denúncia da lide, mas pode requerer ao juiz a conversão da ação para o procedimento ordinário, se houver base legal para isso, e, em seguida, fazer a denúncia pretendida.
- b) tendo em vista a celeridade do rito, não cabe cogitar de antecipação dos efeitos da tutela.
- c) se a parte pretender impugnar decisão interlocutória sobre matéria de prova, terá que fazê-lo sob a forma retida, salvo se houver risco de dano de difícil ou incerta reparação.
- d) proferida a sentença dez dias antes do início das férias forenses, o prazo para apelar não se interrompe nem suspende nas férias.
- e) pode o réu, no bojo da peça contestatória, formular pedido em seu favor, desde que conexo com o pedido ou a causa de pedir do autor, ou com o fundamento de sua própria defesa.

49- No que tange às partes, substituições e intervenção de terceiros no processo, é adequado afirmar que:

- a) só responde por perdas e danos, em caso de litigância de má-fé, aquele que for parte no processo ou terceiro interveniente.
- b) a citação de ambos os cônjuges é indispensável nas ações possessórias, sob pena de nulidade.
- c) a oposição é julgada obrigatoriamente em conjunto com a ação principal, cabendo ao juiz, para isso, sobrestar no andamento do processo, pelo tempo necessário.
- d) a denúncia da lide deve ser requerida obrigatoriamente no prazo da contestação.
- e) o adquirente da coisa litigiosa, quando não ingressa no feito, substituindo o alienante, nem intervém como seu assistente, assume a posição de substituído processual.

50- Quanto aos atos processuais, constitui entendimento que não contraria a orientação dominante no STJ:

- a) eventual erro quanto a prazo processual, nas informações fornecidas, pelo juízo, via *Internet*, vindo a causar perda do prazo pela parte, não constitui justificativa suficiente para a restituição do mesmo (parágrafos do art. 183 do CPC), pois o procurador tem livre acesso aos autos, e é por este meio que lhe cumpre acompanhar os prazos.
- b) entregues os autos com vista na sede da Procuradoria e, ainda, feita a conclusão ao Procurador, tem-se por atendida a exigência legal de intimação pessoal do Ministério Público, não se havendo de aguardar o dia em que o membro do *Parquet* aponha, nos autos, sua ciência pessoal, para iniciar-se a contagem do prazo.
- c) a citação da pessoa jurídica privada, pelo correio, para ter validade, exige a entrega da carta a um dos seus representantes legais ou a procurador com poderes para receber citação.
- d) os períodos de recesso forense e os feriados quando contínuos e contíguos (antecedentes ou subseqüentes) às férias, têm o mesmo efeito destas, suspendendo contagem dos prazos.
- e) denegada a segurança pelo juiz de primeiro grau, e publicada a sentença quando faltavam 5 dias para o início das férias forenses, é intempestiva a apelação interposta 5 dias após o final do mês de férias.

51- Quanto aos honorários e às despesas processuais, é correto afirmar que:

- a) a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta no sentido de que, quando acolhida a exceção de pré-executividade e, em consequência, extinta a execução, cabe condenar o credor em honorários advocatícios; mas, quando rejeitada tal exceção, não cabe impor ao devedor esse encargo da sucumbência.
- b) não é pacífica na Corte Superior a tese de que o pedido de gratuidade judicial pode ser formulado e deferido por ocasião da execução, desde que seus efeitos não interfiram com o já decidido no processo de conhecimento.
- c) é pacífico o entendimento de que, após o advento da nova lei da advocacia (Estatuto da OAB), não cabe a compensação, entre as partes, da verba honorária, nos casos de sucumbência recíproca, porque esse crédito pertence ao advogado.
- d) não é uniforme a doutrina nem a jurisprudência no sentido de que, complementando o autor, após a contestação, o depósito inicial feito em ação consignatória e julgada procedente a ação, será ele (autor) condenado nas despesas e honorários advocatícios.
- e) é unânime a jurisprudência do STJ no sentido de que as empresas de fins lucrativos não têm direito a gratuidade judicial, ainda que declarem sua impossibilidade de arcar com as despesas e demonstrem estar em situação financeira crítica.

52- Concedida, pelo juiz federal, a segurança impetrada contra ato de dirigente do Banco Central, relativo à correção monetária de valores retidos, e confirmada a decisão pelo Tribunal Regional Federal, em sede de apelação, por maioria de votos, poderia caber, em tese, contra esse acórdão:

- a) recurso especial e/ou extraordinário.
- b) os mesmos recursos acima indicados, porém na forma retida.
- c) embargos infringentes.
- d) recurso ordinário constitucional.
- e) reclamação por usurpação de competência.

53- Com referência aos recursos especial e extraordinário, pode-se sustentar, com respaldo na jurisprudência consolidada, que:

- a) não cabe recurso extraordinário de decisão de Tribunal Estadual em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ou “Representação de Inconstitucionalidade”, na linguagem do art. 125 da Carta Federal).
- b) quando indeferido o processamento de tais recursos, na instância *a quo*, e interposto agravo de instrumento para o STF ou STJ, as cópias das peças do processo que o instruírem deverão ter sua autenticidade certificada pelo escrivão.
- c) incabível o pedido de medida cautelar para atribuir efeito suspensivo a tais recursos, antes de concluído o juízo de admissibilidade no tribunal *a quo*.
- d) os recursos referidos no enunciado, quando interpostos de decisões interlocutórias, seja qual for a espécie ou fase em que se encontra o processo, ficarão retidos nos autos e somente serão processados se a parte os reiterar após a decisão final.
- e) os recursos referidos no enunciado, quando interpostos de decisão interlocutória que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela, não ficarão retidos nos autos, devendo ter processamento imediato.

54- Com referência à Ação Rescisória, tem-se como certo que:

- a) atualmente, por expressa disposição legal em vigor, pode o tribunal, a qualquer tempo, conceder medida cautelar para suspender os efeitos da sentença rescindenda, nas rescisórias propostas pela União, Estados, DF, Municípios, suas autarquias e fundações públicas, desde que caracterizada a plausibilidade jurídica da pretensão.
- b) segundo entendimento atual do STJ, afasta-se a aplicação da Súmula 343 do STF (“não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais”), sempre que a questão envolver matéria de interpretação constitucional, e o STF vier a dar solução diversa à mesma questão, pois a Constituição não admite mais que uma interpretação.

- c) segundo entendimento atual do STJ, somente se afasta a aplicação da Súmula 343 do STF (“não cabe ação rescisória por ofensa a literal disposição de lei, quando a decisão rescindenda se tiver baseado em texto legal de interpretação controvertida nos tribunais”), se o STF vier a declarar a inconstitucionalidade (ou a constitucionalidade) da lei aplicada (ou deixada de aplicar) pelo acórdão rescindendo.
- d) constitui pressuposto de cabimento da Ação Rescisória, entre outros, o prévio esgotamento dos recursos cabíveis em face da decisão que se quer rescindir.
- e) o direito de propor Ação Rescisória somente nasce com o trânsito em julgado da totalidade da sentença ou do acórdão rescindendo; assim, enquanto couber recurso, ainda que parcial (como os Embargos Infringentes de parte não-unânime do julgado) não se inicia o prazo da rescisória, mesmo que se pretenda apontar vício ocorrido na parte unânime.

55- Proferida sentença condenatória ilíquida:

- a) cabe ao credor, e não ao contador do juízo, providenciar os cálculos aritméticos, quando apenas disso depender a execução, mas é permitido ao juiz, quando houver visível excesso, mandar os autos à Contadoria Judicial, para verificação e correção, procedendo-se à execução, nesse caso, pelo valor encontrado pela Contadoria, cabendo ao credor, se inconformado, valer-se do recurso de agravo de instrumento.
- b) havendo o juiz determinado a liquidação por artigos, que segue o rito comum do processo de conhecimento, cumpre ao autor promover a citação pessoal do réu.
- c) nas ações coletivas envolvendo interesses individuais homogêneos, a liquidação pode ser promovida individual ou coletivamente, seguindo-se, no primeiro caso, a execução também individual, e, no segundo, a execução coletiva.
- d) nas ações coletivas, tal como nas ações individuais, o juízo competente para a execução será sempre o juízo que proferiu a sentença condenatória, seja ela líquida ou ilíquida.
- e) nas ações coletivas, o juízo competente para as execuções individuais poderá ser o juízo que proferiu a sentença condenatória ou o juízo da liquidação.

56- Com respeito às atuais regras que disciplinam a execução civil, é correto afirmar, sem afastar-se da orientação do Superior Tribunal de Justiça, que:

- a) a nota promissória regularmente emitida, vencida, não paga e não prescrita, é título executivo extrajudicial líquido, certo e exigível, ainda que vinculada a contrato de abertura de crédito em conta corrente.
- b) na execução para entrega de coisa, fundada em sentença, os embargos podem ser oferecidos, alternativamente, em duas diferentes oportunidades: a) dentro de dez dias do termo de depósito da coisa, após a citação; ou b) dentro de dez dias da juntada aos autos do mandado de imissão na posse ou de busca e apreensão.
- c) alegando o credor, na inicial da execução por quantia certa, que desconhece outros bens do executado, e formulando requerimento expresso nesse sentido, pode o magistrado determinar a expedição de ofício ao Banco Central para obtenção de informações sobre ativos financeiros em nome do devedor.
- d) só há ilegalidade na penhora de dinheiro depositado em banco (dinheiro em caixa), na execução movida contra a própria instituição financeira, se a constrição recair sobre as reservas técnicas existentes junto ao Banco Central.
- e) a penhora de bens imóveis, quando apresentada a certidão da respectiva matrícula, realiza-se mediante auto ou termo, devendo o executado e seu cônjuge serem pessoalmente intimados para oferecer embargos, querendo, no prazo de dez dias.

57- Quanto à antecipação dos efeitos da tutela e à execução provisória, é certo afirmar:

- a) para efetivação da tutela antecipada que importe em entrega de coisa certa, pode o magistrado, de ofício, impor multa por tempo de atraso no cumprimento da obrigação.
- b) a execução provisória não pode ter início se o credor não prestar caução idônea.
- c) a caução somente é exigível para o levantamento de dinheiro e para atos de alienação de domínio.
- d) é dispensável a caução se o crédito não for superior a 60 (sessenta) salários mínimos.
- e) é dispensável a caução se o crédito tiver natureza alimentar.

58- A propósito das normas atinentes à execução contra a Fazenda Pública e ao sistema de precatórios (art. 100 e parágrafos, da Constituição Federal, e arts. 730 e 731 do Código de Processo Civil), pode-se afirmar, sem contrariar a jurisprudência dominante nos Tribunais Superiores, que:

- a) os créditos resultantes de sentença judicial somente podem ser pagos independentemente de precatório, pela Fazenda Federal, se atenderem, cumulativamente, às seguintes condições: a) forem inferiores a 60 salários mínimos; e b) tiverem natureza alimentícia.
- b) a sentença que rejeita os embargos à execução de título judicial, opostos pelo Banco Central está sujeita a reexame obrigatório (duplo grau).
- c) antes da expedição e pagamento de novo precatório, com caráter complementar, é necessária nova citação da Fazenda Pública para oferecer embargos, querendo, uma vez que pode ocorrer questionamento sobre os cálculos de atualização do débito.
- d) não se aplica o sistema de pagamento por precatório à autarquia Banco Central, quando se tratar da execução de sentença judicial que a condene à devolução de quantia ali depositada por outra instituição financeira.
- e) após a Emenda Constitucional nº 30/2000, a entidade devedora restou obrigada a pagar correção monetária e juros moratórios sobre o período compreendido entre a expedição do precatório judicial e seu efetivo pagamento, ainda que ele se faça até o final do exercício financeiro seguinte à expedição.

59- Em tema de Ação Civil Pública e Ação Popular, é adequado afirmar:

- a) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem assentado como inadmissível e usurpador de sua competência o manejo, por membro do Ministério Público, da Ação Civil Pública, nas instâncias ordinárias, se, para o julgamento da pretensão, for necessária a apreciação, *incidenter tantum*, de alegação de inconstitucionalidade de lei, tendo em conta que a sentença, neste processo, faz coisa julgada *erga omnes*, na forma da lei de regência, resultado que é próprio da ação direta de inconstitucionalidade.
- b) a multa cominada liminarmente em Ação Civil Pública é devida desde a data do descumprimento da decisão liminar, mas só é exigível após transitar em julgado a sentença de procedência.
- c) não é cabível, em Ação Popular, medida liminar, no juízo de primeiro grau, quando o objeto da impugnação for ato de Ministro de Estado.
- d) nos últimos dez anos, a partir da edição da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), vêm o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, acolhendo Reclamações por usurpação de sua competência, em face do ajuizamento de Ações Civis Públicas ou Ações Ordinárias de Improbidade, nas instâncias ordinárias, quando se impugna ato acoimado de lesivo ao Erário, praticado por agente político submetido, em matéria penal ou em sede de mandado de segurança, à jurisdição originária daquelas altas Cortes.
- e) para o cabimento da Ação Popular, segundo orientação assente no STF, não basta a alegação de ilegalidade do ato impugnado, sendo indispensável a imputação de ser ele lesivo ao Erário.

60- A Ação Monitória adotada em nosso sistema processual:

- a) presta-se à veiculação de pretensão de pagamento de quantia, de entrega de coisa ou de obrigação de fazer, desde que baseada em prova escrita sem eficácia de título executivo.

- b) resulta na constituição de um título executivo extrajudicial, se o réu não embargar o mandado, ou na formação célere de um título executivo judicial, se houver embargos rejeitados ou julgados improcedentes, por sentença.
- c) pode ser ajuizada contra a Fazenda Pública, segundo já decidiu o STJ, sem embargo da celeuma que divide a doutrina no ponto.
- d) não sendo oferecidos embargos ao mandado monitório, segue-se a execução, contra a qual caberão embargos; mas, sendo oferecidos embargos ao mandado monitório e sendo eles julgados improcedentes, pelo mérito, transitada em julgado a decisão, já não cabem embargos contra a execução que se seguir.
- e) a Ação Monitória instruída com cheque prescrito não dispensa a demonstração da *causa debendi*, segundo a jurisprudência atual do STJ, apesar do dissenso doutrinário que persiste.

DIREITO COMERCIAL

61- Fundamento das regras de governança corporativa é a busca de segurança na administração das companhias, razão por que se considera conveniente:

- a) haver pessoas estranhas ao corpo social nos órgãos colegiados de administração da companhia com o que se reduzem os conflitos de interesse.
- b) a formação especializada em administração de acionistas que componham o Conselho de Administração da sociedade.
- c) a discussão e deliberação de matérias que possam afetar direitos de preferencialistas e contem com a expressiva participação destes.
- d) que se privilegiem esquemas de colaboração entre os acionistas, quando o interesse social puder ser afetado.
- e) a estipulação de regimento interno que fixe, com clareza, os limites da ação da diretoria.

62- Nas sociedades limitadas é possível que, na organização das relações internas, se ajuste:

- a) a distribuição de lucros a alguns sócios de forma prioritária.
- b) a criação de instrumentos ou esquemas de assessoramento de administradores que sirvam para controlar a ação administrativa impondo penalidades sem consulta aos sócios.
- c) a aplicação de regras que limitem a responsabilidade individual de sócios em relação às obrigações sociais.
- d) a não-incidência na deliberação de matérias que possam alterar a base do negócio, a regra da maioria.
- e) a irresponsabilidade do sócio delegante da gerência por atos do delegado que venham a causar prejuízos à sociedade.

63- O exercício do cargo de diretor de banco

- a) não pode ser obstado pelo Banco Central, a não ser em casos de condenação do interessado por crime contra o patrimônio ou de sonegação fiscal.
- b) acarreta a possibilidade de responsabilidade pessoal solidária e ilimitada pelas obrigações da instituição financeira.
- c) pode ser objeto de delegação, na forma da Lei das Sociedades Anônimas, desde que autorizado pelo Estatuto Social.
- d) é sempre caracterizado pelo exercício de direito e nunca pelo exercício de fato.
- e) impede que o titular seja cliente da própria instituição financeira, como forma de impedir o conflito de interesses.

64- O arrendamento mercantil é tipo de contrato financeiro que:

- a) faculta que o bem objeto seja mantido sob posse e guarda do arrendatário por tempo indeterminado.
- b) pode recair sobre bens de consumo em geral.
- c) constitui mútuo travestido de locação de bens, sujeito, portanto, à disciplina exclusiva daquele contrato.
- d) não admite revisão ainda com a obsolescência do bem.
- e) pode ser analisado como forma especial de venda e compra de bens.

65- O contrato de câmbio futuro pode ser classificado como:

- a) operação de *hedge* de interesse de importadores para minimizar o risco de flutuação da moeda doméstica.
- b) compra e venda mercantil.
- c) permuta mercantil.
- d) contrato atípico disciplinado por normas do Banco Central.
- e) meio de pagamento de comércio internacional.

66- A organização do Quadro Geral de Credores na falência visa a:

- a) garantir a igualdade absoluta entre credores ou a observância da *par conditio creditorum*.
- b) facilitar a ordem de liquidação das obrigações do falido.
- c) dar segurança aos credores de que seus créditos, figurando no quadro geral, serão pagos.
- d) respeitar as normas especiais no que concerne a créditos com garantia real que serão pagos preferencialmente sobre os demais créditos admitidos à falência.
- e) evitar perdas para créditos alimentares e indenitários.

67- A legislação falimentar contempla, entre os procedimentos voltados para a integração da massa ativa, as ações revocatória e revogatória que se distinguem por:

- a) atingir atos do falido no plano da eficácia para recompor a massa ativa, a primeira, enquanto a segunda visa a evitar que o falido seja favorecido por operações irregulares de alienação.
- b) atingir a revocatória atos do falido no plano da existência e a revogatória nos da existência e validade.
- c) destinar-se a revogatória à recuperação de ativos que o falido tiver alienado sem contrapartida para si.
- d) voltar-se a revogatória a impedir que terceiros se beneficiem de conluio com o falido por conta de negócio sinalagmático, enquanto a revocatória visa às operações unilaterais.
- e) visar a revocatória negócios realizados com o uso de artifícios que não se exigem na outra.

68- A responsabilidade de contadores e auditores na elaboração de demonstrações financeiras de bancos comerciais deve ser classificada como:

- a) objetiva em virtude da importância na fiscalização que o Banco Central exerce sobre instituições financeiras.
- b) subjetiva em que a apuração de culpa ou dolo é fundamental para achamamento à responsabilidade.
- c) profissional apurável, em cada caso, segundo critérios definidos pelos órgãos fiscalizadores do exercício da profissão.
- d) penal, quando encobrirem ou facilitarem a prática de delitos contra a economia popular.
- e) concorrente com a dos administradores das sociedades para as quais prestem serviços.

69- O sigilo bancário tem como fundamento:

- a) a garantia do anonimato dos clientes das instituições financeiras.
- b) a tutela individual como expressão da cidadania.
- c) a preservação da intimidade dos clientes das instituições financeiras.
- d) reduzir a competição por clientes de posses pelas instituições financeiras.
- e) a garantia de que, qualquer que seja o montante de recursos encontrados nas contas correntes dos clientes, as instituições bancárias observarão a igualdade de tratamento.

70- A aplicação da Lei do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) às operações entre clientes e as instituições financeiras:

- a) requer a aprovação pelo Banco Central do Brasil daquelas regras.
- b) decorre de interpretação analógica.
- c) implica que o consumidor mantenha, com a instituição, vínculo contratual.
- d) é válida, uma vez que opera como microsistema jurídico que interpenetra em outros microsistemas não herméticos.
- e) é incompatível, em razão da especificidade das operações do sistema financeiro e dos riscos que possa criar.

71- No exercício do seu poder de fiscalização, o Banco Central do Brasil

- a) pode decretar a liquidação de instituições financeiras, fazendo um inquérito prévio, que será enviado ao Judiciário para procedimento da medida liquidatória.
- b) não pode aplicar penalidades a pessoas que não sejam administradores da instituição, seu controlador ou a seus auditores independentes.
- c) pode estender a medida interventiva a empresas que não integrem o Sistema Financeiro Nacional, desde que estejam presentes vínculo de interesse ou integração de atividade com a instituição intervinda.
- d) depende de autorização do Conselho Monetário Nacional para decretar medida interventiva em banco estadual.
- e) não pode fiscalizar o Banco do Brasil S/A e a Caixa Econômica Federal, por determinação expressa de lei.

72- A opção feita pelo legislador de 1962 quanto ao ingresso de capital estrangeiro no país tem como pressuposto:

- a) o favorecimento ao capital de empréstimo sobre o de risco.
- b) buscar direcionar os recursos para investimento em atividade industrial.
- c) permitir que o Banco Central do Brasil mantenha o controle sobre o endividamento privado.
- d) evitar remessas substanciais de dividendos estabelecendo, para tanto, o limite de 36% no triênio.
- e) facilitar o controle da movimentação de moeda estrangeira pela autoridade monetária.

73- As sociedades limitadas desenhadas pelo Novo Código Civil (Lei nº 10.406/2001), como tipo de organização do exercício da empresa, são caracterizadas por:

- a) apresentarem-se fundamentalmente idênticas às sociedades por ações, no seu esquema estrutural.
- b) impor aos sócios deveres mais estritos quanto à prestação de contas em relação ao modelo vigente.
- c) dar aos sócios poderes mais amplos no que concerne à administração da sociedade.
- d) disciplinar de forma precisa a responsabilidade do sócio remisso e os direitos dos demais.
- e) determinar a responsabilidade individual dos sócios pelas quotas sociais de forma distinta da que faz a norma em vigor.

74- Com a entrada em vigor do Novo Código Civil (Lei nº 10.406/2001), o exercício de atividade intelectual será considerado empresarial desde que tenha elemento(s) da empresa que é(são):

- a) economicidade e profissionalidade da atividade.
- b) organicidade das operações.
- c) continuidade da prática de atos de intermediação.
- d) atividade em que o risco é inerente à busca de resultados.
- e) atividade voltada para o mercado.

75- A determinação de que apenas os tipos em nome coletivo, comandita simples e limitada como são adequados ao exercício da empresa, torna as sociedades simples disciplinadas no Novo Código Civil (Lei nº 10.406/2001) como:

- a) tipo societário irrelevante para o exercício da atividade econômica.
- b) equiparáveis às atuais sociedades civis.
- c) tipo societário destinado às atividades agrícolas.
- d) supletivo para as demais formas codificadas.
- e) tipo societário básico dos contratos associativos.

DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO E PRIVADO

76- Tendo em vista o tema tratados internacionais, é correto dizer que:

- a) A Convenção sobre Direito dos Tratados (Viena, 1969) dispõe sobre tratados entre os seguintes sujeitos de direito internacional: Estados e organizações internacionais.
- b) Os princípios do livre consentimento e da boa-fé, bem como a regra *pacta sunt servanda*, têm como limitador a soberania dos Estados.
- c) Uma “reserva” visa, tão-só, a excluir o efeito jurídico de certas disposições do tratado em sua aplicação ao formulador da “reserva”.
- d) No Brasil, o tratado internacional só passa a vigorar internamente após a publicação do decreto presidencial de promulgação.
- e) Eventual conflito entre tratado internacional de direitos humanos e a Constituição é resolvido pela prevalência do tratado, de acordo com a orientação do Supremo Tribunal Federal.

77- Sobre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), indique a opção errada.

- a) Tendo em vista as desigualdades entre os Estados-partes, o MERCOSUL não está fundado na reciprocidade de direitos e obrigações entre eles.
- b) O tratado constitutivo do MERCOSUL (Tratado de Assunção, 1991) está aberto à adesão, mediante negociação, dos demais países membros da Associação Latino-Americana de Integração.
- c) As decisões do Conselho do Mercado Comum, órgão superior ao qual incumbe a condução da política do processo de integração, manifesta-se mediante decisões que são obrigatórias para os Estados-partes.
- d) O MERCOSUL tem personalidade jurídica de direito internacional público independente daquela atribuída aos Estados-partes individualmente considerados.
- e) À vista do que preceitua o Protocolo de Brasília para a Solução de Controvérsias (1991), caso um Estado-parte não cumpra laudo do Tribunal Arbitral, o(s) outro(s) Estado(s)-parte(s) na controvérsia poderá(ão) adotar medidas compensatórias temporárias visando a obter seu cumprimento.

78- Em relação aos privilégios e imunidades de jurisdição e de execução dos Estados estrangeiros, marque o item errado.

- a) O agente diplomático gozará de imunidade de jurisdição penal do Estado acreditado.
- b) A imunidade de jurisdição de um agente diplomático no Estado acreditado não o isenta da jurisdição do Estado acreditante.
- c) O indivíduo protegido pelos privilégios e imunidades consagrados na Convenção sobre Relações Diplomáticas (Viena, 1961) pode renunciar a tais imunidades, desde que o faça de modo expresso.
- d) O art. 114 da Constituição Federal (1988) [“Compete a Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores, abrangidos os entes de direito público externo (...)”] é regra de competência. Desse modo, o dispositivo não afasta a imunidade de execução do Estado estrangeiro.
- e) Considerando que não há jurisdição entre os pares (*par in parem non habet iudicium*), o Poder Judiciário brasileiro não é competente para resolver litígio envolvendo dois Estados estrangeiros.

79- Após considerar o seguinte trecho: “O costume significa em sentido jurídico alguma coisa mais do que um simples hábito ou uso. Significa o uso que se segue com a convicção de que é obrigatório, de que a sua inobservância acarretará provavelmente, ou pelo menos deveria acarretar, qualquer forma de sanção para o transgressor”. (in BRIERLY, J. Direito internacional. 4ª ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1979, p. 59, ênfase acrescida), assinale o item correto.

- a) Demonstrada a uniformidade e generalidade da prática, verifica-se o elemento temporal do costume, que deve ser imemorial.
- b) A “convicção de que é obrigatório” é o elemento subjetivo ou psicológico do costume, que não está previsto no Estatuto da Corte Internacional de Justiça já que ele não é de fácil demonstração.
- c) A parte que invoca um costume tem de provar (ônus da prova) que esse costume está estabelecido, sendo desimportante saber se ele vincula a outra parte.
- d) Para o direito internacional público, o elemento material do costume deve vincular, de modo necessário, a totalidade dos Estados.
- e) Um Estado pode se subtrair à obrigatoriedade de um costume durante seu processo de formação.

80- Indique a opção correta.

- a) O art. 1º da Convenção para resolução dos Conflitos Internacionais (Haia, 1907) dispõe: “Tendo em vista prevenir tanto quanto possível o recurso à força nas relações entre os Estados, as potências contratantes concordam em envidar todos os seus esforços para assegurar a resolução pacífica dos conflitos internacionais”. Tal proposição permanece válida nos dias de hoje.
- b) O princípio da livre escolha dos meios de solução pacífica de controvérsia pode ser afastado mediante invocação de compromisso anteriormente assumido pelas partes em confronto.
- c) Os bons ofícios indicam a intervenção de terceiro que oferece solução para a controvérsia ou é convidado a fazê-lo. Na última hipótese, a solução proposta é obrigatória para as partes.
- d) A resolução judiciária de conflitos internacionais pressupõe decisão fundada sobre considerações jurídicas, produzida por órgão independente dos Estados em litígio, após processo contraditório (direito de defesa e igualdade das partes), e subordinada à aceitação das partes.

- e) A Corte Internacional de Justiça, principal órgão judiciário das Nações Unidas, tem competência para resolver litígios envolvendo os sujeitos de direito das gentes reconhecidos pela comunidade internacional.

DIREITO PENAL

81- No que se refere ao arrependimento posterior pode-se afirmar que:

- a) a redução da pena neste caso atinge todos os crimes, inclusive aqueles cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa.
- b) se trata de causa facultativa de diminuição de pena.
- c) só é aplicável caso a reparação do dano ou a restituição da coisa ocorra após o recebimento da denúncia ou da queixa.
- d) para que haja a redução da pena, exige-se a completa reparação do dano ou a restituição da coisa, além da necessidade da voluntariedade do ato realizado pelo agente.
- e) a reparação feita por um dos acusados não aproveita aos demais.

82- Em relação à culpa *lato sensu* pode-se dizer que:

- a) a punição a título de culpa *stricto sensu* é a regra, enquanto a sanção por dolo é excepcional.
- b) no dolo eventual é suficiente que o agente tenha-se conduzido de maneira a assumir o risco de produzir o resultado e, assim, não se exige que haja ele assentido com o resultado; já na culpa consciente o sujeito não prevê o resultado, embora este seja previsível.
- c) se o agente não deu seu assentimento último ao resultado, não agiu com dolo eventual, mas com culpa consciente.
- d) culpa própria é aquela que o agente prevê e quer o resultado, mas sua vontade baseia-se em erro de tipo inescusável ou vencível; na culpa imprópria o sujeito não prevê o resultado nem assume o risco de provocá-lo.
- e) no crime culposos é dispensável haver nexo de causalidade entre a conduta e o resultado, pois este é reprovável pela desatenção do agente ao dever de cuidado para evitar o previsível.

83- Um caçador, no meio da mata, dispara sua arma de fogo sobre um objeto escuro, supondo tratar-se de um animal, e atinge um fazendeiro. Nesta hipótese, restou configurado:

- a) erro sobre a pessoa.
- b) erro de tipo.
- c) erro provocado por terceiro.
- d) erro de proibição.
- e) *aberratio ictus*.

84- Quanto à imputabilidade penal pode-se afirmar que:

- a) se considera alcançada a maioridade penal a partir do dia em que o jovem completa os 18 anos, independentemente da hora do nascimento.
- b) se considera alcançada a maioridade penal a partir do dia em que o jovem completa os 21 anos, independentemente da hora do nascimento.
- c) na hipótese de dúvida séria e fundada quanto à menoridade ou não do agente, deve-se optar pela responsabilização penal.
- d) se na véspera de completar 18 anos um jovem atira em alguém, e este entra em estado de coma, acabando por falecer meses depois, o autor do delito será responsabilizado criminalmente, pois o resultado morte aconteceu após a sua maioridade.
- e) ao jovem com idade inferior a 18 anos, que seja emancipado, não persiste a presunção legal de inimputabilidade.

85- A reabilitação é a declaração judicial de que estão cumpridas ou extintas as penas impostas ao sentenciado. Em consequência disso, pode-se dizer que:

- a) esse instituto não assegura o sigilo dos registros sobre o processo e também não atinge outros efeitos da condenação.
- b) é admissível a reabilitação no caso de ter sido decretada a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva.
- c) a reabilitação não é revogada se o reabilitado é condenado, como reincidente, por decisão definitiva, à pena que não seja de multa.
- d) mesmo não tendo havido prejuízo resultante do ilícito, como na hipótese de lesão corporal leve, exige-se a reparação como pressuposto para que seja concedida a reabilitação.

- e) para concessão do benefício é necessário que o condenado tenha tido domicílio no País no prazo de dois anos a contar do cumprimento ou extinção da pena.

86- Em relação à ação penal pode-se afirmar que:

- a) a representação é retratável mesmo depois de oferecida a denúncia.
- b) no crime de estupro, praticado mediante violência real, a ação penal é pública condicionada à representação do ofendido.
- c) no crime de adultério, no caso de morte do ofendido, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa aos ascendentes ou descendentes.
- d) a ação privada subsidiária da pública pode ser intentada para a apuração de delitos não incluídos na denúncia formulada pelo Ministério Público ou no seu pedido de arquivamento.
- e) a representação do ofendido não é considerada como condição de procedibilidade.

87- No crime de furto mediante fraude, previsto no artigo 155, § 4º, II, 2ª figura, do Código Penal:

- a) a fraude é empregada para iludir a atenção ou vigilância do ofendido, que nem percebe que a coisa lhe está sendo subtraída.
- b) a fraude antecede o apossamento da coisa e é a causa de sua entrega ao agente pela vítima.
- c) o agente obtém a posse da coisa pois esta lhe é transferida pela vítima por ter sido induzida em erro.
- d) configura-se o delito se o agente se faz passar por pessoa autorizada pela vítima para retirar aparelho deixado por esta em oficina.
- e) a fraude serve para iludir a vítima a entregar a coisa.

88- Quanto ao crime de falsificação de documento público, previsto no artigo 297 do Código Penal, pode-se dizer que:

- a) o testamento particular não se equipara a documento público para efeitos penais.
- b) configura o delito toda vez que o agente inserir no documento público declaração falsa ou diversa daquela que devia ser escrita com o fim de prejudicar direito.
- c) não há aumento de pena quando o agente é funcionário público e comete o delito prevalecendo-se do cargo.
- d) configura o delito a alteração de chapa identificadora de veículo.
- e) no "caput" do tipo penal trata-se de falsidade material do documento público, sendo que o que se frauda é a própria forma do documento, que é alterada no todo ou em parte.

89- "A", funcionário público, que é o responsável por estabelecimento hospitalar estadual, exige dos segurados pagamento adicional pelos serviços prestados. Nesta hipótese, "A" responderá por:

- a) corrupção ativa.
- b) concussão.
- c) corrupção passiva.
- d) apropriação indébita.
- e) extorsão indireta.

90- Em relação aos crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, previstos na Lei 9.613/98:

- a) não é considerado efeito da condenação a interdição do exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza.
- b) as pessoas jurídicas que tenham, em caráter permanente ou eventual, como atividade principal ou acessória a compra e venda de moeda estrangeira ou ouro como ativo financeiro ou instrumento cambial não estão sujeitas a identificação de seus clientes nem manterão cadastro atualizado.
- c) sujeitam-se à obrigação de comunicação de operações financeiras as pessoas físicas ou jurídicas que comercializem jóias, pedras e metais preciosos, objeto de arte e antiguidades.

- d) as pessoas jurídicas que, em caráter eventual, tenham como atividade acessória a captação, intermediação e aplicação de recursos financeiros de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, não precisam dispensar especial atenção às operações que possam constituir-se em sérios indícios dos crimes previstos nesta Lei.
- e) não configura crime dissimular a localização de bens provenientes direta ou indiretamente de crime contra o Sistema Financeiro Nacional.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

91- "D", desde a infância, morava com o tio "E", que o sustentava. Já maior de idade, "D", tendo acesso aos bens do tio por morarem juntos, apropria-se de alta quantia de "E", para pagar dívida. A polícia, investigando, de ofício, o fato e a autoria, logra demonstrar ambos, não obstante "E" jamais ter comparecido, nem manifestado interesse em ver o sobrinho processado, embora sempre soubesse que ele o havia lesado. Concluído o inquérito policial sete meses após os fatos, os autos são remetidos a Juízo. Pergunta-se:

- a) o Ministério Público deve oferecer denúncia, porque estão provadas a ocorrência material do fato e a autoria.
- b) o Ministério Público deve requerer a devolução dos autos à autoridade policial, para que "E" seja ouvido, antes do oferecimento da denúncia.
- c) o Ministério Público deve requerer a extinção da punibilidade de "D", porque, em se tratando de ação penal de iniciativa exclusivamente privada, "E" não ajuizou queixa-crime no prazo decadencial.
- d) o Ministério Público deve requerer a extinção da punibilidade de "D", porque, em se tratando de ação penal pública condicionada, "E" deixou transcorrer o prazo decadencial sem oferecer representação.
- e) caso o Ministério Público não ofereça denúncia no prazo legal, "E" poderá ajuizar queixa-crime subsidiária.

92- Em relação à imunidade do vereador, é certo afirmar-se:

- a) somente pode ele ser submetido a processo penal, nos casos em que não ocorrer a imunidade material, se houver prévia licença da Câmara dos Vereadores.
- b) é ele inviolável por opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e ainda que fora da Circunscrição do Município.
- c) a Constituição lhe assegura, de forma ampla e irrestrita, imunidade absoluta, tal como ocorre com os deputados e senadores.
- d) possui ele imunidade parlamentar processual, nos casos em que não ocorrer a imunidade material.
- e) é ele inviolável por opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na Circunscrição do Município.

93- Após regular processo criminal, "A" foi definitivamente absolvido da acusação de homicídio culposo contra "B", tendo a sentença, transitada em julgado, reconhecido que "A" agiu em estado de necessidade. Os filhos de "B" pretendem ser indenizados dos danos. É possível afirmar que:

- a) os filhos de "B" deverão pleitear a indenização perante o juízo penal que proferiu a sentença absolutória.
- b) os filhos de "B" deverão executar a sentença penal diretamente na esfera cível em face de "A", porque o reconhecimento do estado de necessidade possibilita dar início à liquidação da sentença proferida na esfera criminal.
- c) os filhos de "B" poderão ingressar com ação de conhecimento, na esfera cível, em face de "A", porém não se discutirá mais acerca do estado de necessidade.
- d) os filhos de "B" deverão se habilitar, previamente, como assistentes da acusação no processo criminal, para posteriormente poderem litigar na esfera cível em face de "A".
- e) os filhos de "B" poderão optar entre ajuizar ação de conhecimento ou executar a sentença proferida na esfera criminal em face de "A".

94- Para a decretação do seqüestro dos bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração:

- a) bastará a existência de indícios veementes da proveniência ilícita dos bens.
- b) é necessário que haja certeza da infração e indícios suficientes de autoria.

- c) é necessário que haja indícios veementes da proveniência ilícita dos bens, certeza da infração e indícios suficientes de autoria.
- d) é necessário que haja certeza da proveniência ilícita dos bens e indícios suficientes de autoria.
- e) bastará a existência de indícios suficientes de autoria.

95- "F" teve contra si decretada prisão temporária pelo juiz, pelo prazo de 30 dias, para que a Polícia investigue sua participação no crime de extorsão mediante seqüestro, de que é vítima "G".

- a) "F" pode requerer a concessão de liberdade provisória, para que aguarde em liberdade as investigações.
- b) "F" pode recorrer em sentido estrito, para que a decisão seja revista pelo Tribunal.
- c) "F" pode pedir a revogação da prisão temporária ao juiz que a decretou, alegando que o prazo máximo para a prisão temporária não pode ultrapassar cinco dias.
- d) A prisão temporária poderá ser prorrogada pelo juiz por mais 30 dias, em caso de extrema e comprovada necessidade.
- e) A prisão temporária não poderá ser prorrogada pelo juiz, em face da sua natureza excepcional.

96- "H" é citado pessoalmente para a ação penal, cujo procedimento é ordinário. Deixa de comparecer ao interrogatório e deixa de constituir defensor de sua confiança. Neste caso:

- a) o juiz deve suspender o processo e o prazo prescricional, até que "H" compareça ou constitua defensor.
- b) o juiz deve suspender o processo e o prazo prescricional, até que seja nomeado defensor dativo para "H".
- c) o juiz deve suspender o processo e o prazo prescricional até o prazo máximo da pena em abstrato prevista para o crime.
- d) o juiz deve nomear defensor dativo para "H" e colher toda a prova testemunhal, suspendendo o processo e o prazo prescricional a partir da fase das alegações finais, inclusive, até que o acusado compareça.
- e) o juiz deve nomear defensor dativo para "H" e dar normal andamento ao processo, até final, sem a presença do acusado.

97- Em procedimento dos Juizados Especiais Criminais, as partes não chegaram a acordo quanto à composição civil dos danos na audiência preliminar. Tratando-se o crime de ação penal pública incondicionada e sendo o autor do fato primário e de excelentes antecedentes, o Ministério Público deverá:

- a) oferecer a denúncia, se não for caso de arquivamento, e em seguida propor a aplicação de pena restritiva de direitos ou multa, a ser especificada na proposta.
- b) propor, se não for caso de arquivamento, a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa, a ser especificada na proposta; se esta não for aceita, oferecer a denúncia.
- c) requerer que os autos sejam remetidos ao juízo criminal comum, para a adoção do procedimento previsto em lei, porque não houve acordo quanto à composição civil.
- d) oferecer denúncia, se não for caso de arquivamento, e em seguida propor a suspensão condicional do processo.
- e) requerer ao juiz que dê oportunidade de representação ao ofendido.

98- Em se tratando do procedimento criminal dos crimes contra o sistema financeiro, pode-se afirmar que:

- a) a ação penal deve ser promovida pelo Ministério Público Federal, perante a Justiça Federal.
- b) a ação penal deve ser promovida pelo Ministério Público Estadual, perante a Justiça Estadual.
- c) a ação penal pode ser promovida pelo Ministério Público Federal ou Ministério Público Estadual, dependendo da infração penal.
- d) a ação penal pode ser promovida pelo ofendido quando o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal.
- e) a ação penal pode, em alguns crimes, depender de representação do ofendido.

99- No processo penal, o chamado recurso de ofício é cabível:

- a) do acórdão que conceder *habeas corpus*.
- b) da decisão que impronunciar o acusado.
- c) da decisão que absolver sumariamente o acusado.
- d) da sentença que negar *habeas corpus*.
- e) do acórdão que conceder revisão criminal.

100- O *habeas corpus* liberatório:

- a) destina-se a libertar o paciente da prisão ilegal.
- b) destina-se a libertar o paciente do constrangimento ilegal à liberdade de locomoção já existente, independentemente de estar ele preso.
- c) uma vez concedido dá ensejo à expedição de salvo-conduto.
- d) destina-se a libertar o paciente da ameaça à liberdade de locomoção, quando houver fundado receio de que ele possa vir a ser preso.
- e) pode ser concedido de ofício pelo Tribunal, mas não pelo juiz de primeiro grau.